



Processo: 29377/2022

Recorrente: Hospital em Casa Ltda.

Recorrida: DUC Gás Equipamentos de Solda Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 196 de 2022 - Processo Licitatório n. 33219/2021

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 196 de 2022 - Processo Licitatório n. 33219/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de oxigênio gasoso puro medicinal acondicionado em cilindros para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 23 de novembro de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 03/16) que foi incorreta a habilitação da recorrida, tendo em vista a divergência existente entre seu contrato social e seu cartão CNPJ, não constando no CNPJ a atividade licitada, uma vez que para a atividade licitada para a comercialização de gases medicinais existe o CNAE específico 46.84-2-99 - comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente.

Afirma, ainda, a existência de divergência quanto à qualificação econômico-financeira, tendo em vista terem sido apresentados dois documentos distintos de balanço patrimonial que não apresentam paridade entre si.

Por fim, alega que a empresa se encontra cadastrada como empresa de pequeno porte junto à Receita Federal, mesmo com seus balanços apresentados auferindo receitas que ultrapassam o teto previsto pela LC 123/06, requerendo, ao final, a procedência do pedido para que seja reformada a decisão que habilitou a recorrida, promovendo a sua habilitação e classificação.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 17, afirmando que não existe na legislação brasileira um CNAE específico para a comercialização de gases medicinais, sendo utilizado no mercado nacional o CNAE 7.89-0-99 - comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, o que não traz prejuízo algum ao ordenamento tributário e também nenhum impacto no fornecimento do objeto da licitação.

Alega que atua no mercado de gases medicinais há mais de 30 anos e possui vários atestados de capacidade técnica comprovando que a empresa possui capacidade em atender ao objeto do certame, já tendo inclusive firmado contratos com a Secretaria de Saúde de Nova Friburgo, o que ratifica sua aptidão.



Afirma, ainda, que a apresentação de supostos balanços contábeis divergentes não altera em nada a capacidade econômica da empresa nem na sua habilidade em fornecer o objeto do certame e, existindo erro contábil, será sanado com a equipe de contabilidade que presta serviços para a empresa.

Por fim, quanto ao cadastro na Receita Federal, afirma que a alteração de empresa de pequeno porte para sociedade limitada unipessoal ainda não ocorreu por causa da Receita Federal, apesar de a alteração contratual já ter sido realizada em agosto de 2022, bem como que a recorrida possui capital social com plena suficiência de valor que garanta o fornecimento dos produtos, demonstrando possuir capacidade econômica suficiente para o fiel cumprimento do contrato, que é a finalidade da exigência em questão, requerendo seja negado provimento ao recurso e mantida a sua habilitação.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 18/20, limitou-se a fazer a análise de admissibilidade do recurso e encaminhar os autos à Procuradoria-Geral para pronunciamento de ordem jurídica, na forma do subitem 28.5 do edital.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

“§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade”.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:
[...].”*



IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão";

Como se pode ver, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 21.8 do edital assim dispõe:

"Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal".

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.



§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, a Comissão de Pregão não se manifestou motivadamente acerca do recurso, restringindo-se à análise de admissibilidade, sendo que, conforme exaustivamente narrado, é de sua competência a análise da habilitação preliminar e o julgamento das propostas das licitantes.

Não obstante, passa-se à análise da legalidade do recurso.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



Às fls. 19, a Comissão de Pregão III afirma que no dia 04/11/2022 foi aberto o prazo para interposição de recurso, conforme consta na Ata de Realização do Pregão Eletrônico (fls. 666/672), bem como que a recorrente manifestou a intenção de interpor recursos, tendo sido apresentado tempestivamente e com os requisitos necessários para sua apresentação, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

Na referida Ata consta como data limite para registro de recurso o dia 09/11/2022 e para registro de contrarrazões o dia 16/11/2022. O presente procedimento administrativo somente foi aberto em 10/11/2022, às 10:49h, no entanto, como não consta nos autos informação acerca da data de recebimento do recurso via e-mail, esta assessoria jurídica tomará por base a afirmação da Comissão de Pregão III de que o recurso foi interposto tempestivamente.

Pois bem. A recorrente alega a existência de divergência existente entre o contrato social e o cartão CNPJ da recorrida, sob o fundamento de que não consta no CNPJ a atividade licitada, uma vez que para a atividade licitada para a comercialização de gases medicinais existe o CNAE específico 46.84-2-99 - comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente.

A questão passa pela discussão do enquadramento do objeto licitado no CNAE da recorrida, tratando-se de análise de habilitação inerente às atribuições da Comissão de Licitação.

Na forma do item 6 do edital, que trata das condições de participação no certame, poderão participar as empresas que estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo tal fato ser comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa, cuja análise incumbe exclusivamente à Comissão de Pregão.

De acordo com o item 20, que trata da qualificação técnica, as licitantes devem apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no termo de referência.

Portanto, para fins de habilitação jurídica nas licitações, é necessário que haja compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

A Lei n. 8.666/1993, bem como a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não exigem que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:



"Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada."

Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital, de modo que inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no edital.

Este é o entendimento dos Tribunais de Contas:

"É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade". (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 - Primeira Câmara).

"Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993". (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara).

"Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados". (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

Ja.



No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União entende que *“só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação”* (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário).

Ademais, pelas orientações do TCU, uma empresa não poderá ser excluída do certame apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado na sua matriz social. Vejamos o que diz o Acórdão 1.203/2011 – Plenário:

“(…) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (...).

(…) a unidade técnica reputou como indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas)”.

Em pesquisa acerca da matéria, verifica-se que o CNAE é um código identificador para a Receita Federal, enquanto o Contrato Social determina quais as atividades realmente a empresa pode atuar.

Sobre o assunto, a Receita Federal² assim dispôs:

“Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social”.

Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.

Nesse sentido, convém destacar a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr³:

² Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal.

³ Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222.



DIA 29/11/22

Folha Nº 22 Rubrica 0

"(...) a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação".

Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho⁴:

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação".

Conclui-se, portanto, que o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

Neste ponto, verifica-se que a recorrida possui como objeto social o **"Comércio de Equipamentos, Materiais e Produtos Médicos e Hospitalares, Gases Industriais, Medicinais e Especiais, Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas (...) "**, conforme contrato social acostado às fls. 614/618 do processo licitatório.

Além disso, apresentou atestados de capacidade técnica comprovando o fornecimento de ar comprimido medicinal e gases medicinais em tanque e cilindros (fls. 641/643 do processo licitatório).

Considerando que o objeto social da recorrida inclui o comércio de gases medicinais e especiais, s.m.j., afigura-se compatível com o objeto licitado, que é a aquisição de oxigênio gasoso medicinal acondicionado em cilindros e oxigênio líquido para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

Ademais, conforme já narrado, o edital exigiu para fins de comprovação de qualificação técnica (item 20) tão somente atestado de capacidade técnica comprovando a execução de objeto compatível. Sendo assim, s.m.j., correta a habilitação da recorrida, eis que apresentou os documentos em conformidade com o edital.

A decisão de habilitação, entretanto, cabe exclusivamente à Comissão de Pregão, na forma do já exposto no presente parecer.

Quanto à alegação de que a empresa se encontra cadastrada como empresa de pequeno porte junto à Receita Federal e seus balanços contábeis apresentam receitas que ultrapassam o

⁴Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553.



teto previsto pela LC 123/06, compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que, tanto na declaração unificada (fls. 663/664), como na declaração acostada às fls. 665, a recorrida não se declarou como microempresa ou empresa de pequeno porte para usufruir os benefícios da LC n. 123/2006, sendo certo que a atribuição de verificação do enquadramento não incumbe a esta assessoria jurídica, devendo a Comissão de Pregão III realizar tal análise.

Quanto à alegação de existência de divergência quanto à qualificação econômico-financeira da recorrida sob a justificativa de terem sido apresentados dois documentos distintos de balanço patrimonial que não apresentam paridade entre si, vejamos o que dispõe o art. 31 da Lei n. 8.666/93 acerca da qualificação econômico-financeira:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais".

Como se verifica do teor do artigo 31 acima transcrito, a finalidade da exigência de comprovação da capacidade econômico-financeira é a garantia de que a licitante tem condições de executar o compromisso pretendido.

O edital, no item 19, por sua vez, assim previu:

"19. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

[...]

Ca



19.2 - **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que **comprovem a boa situação financeira da empresa**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

19.2.1 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

19.2.2 - É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

19.3 - **Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

19.3.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

19.3.1.1 - As empresas **DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS**, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado. O índices calculados poderão ser solicitado como documento complementar pelo pregoeiro.

O Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula 275, assim consolidou o tema:

“Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços”.



Por sua vez, assim estabelece a Súmula 222 do Egrégio Tribunal de Contas da União:

“As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Verifica-se que às fls. 632/367 do processo licitatório foram acostados os documentos referentes ao balanço patrimonial da recorrida. S.m.j., necessária a análise do setor técnico competente (Subsecretaria de Registros Contábeis) a fim de apurar o cumprimento ou não do item 19 do edital, uma vez que esta assessoria jurídica não possui expertise para avaliar questões técnicas/contábeis.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Registros Contábeis** para análise da documentação referente ao balanço patrimonial apresentado pela empresa recorrida (DUC Gás Equipamentos de Solda Ltda.) em consonância com o exigido no item 19 do edital (fls. 632/367).

Após, pelo retorno dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e manifestação sobre o recurso quanto aos apontamentos acima narrados, após o que deverá emitir sua decisão e, caso mantenha a sua decisão pela habilitação da recorrida e prosseguimento do certame, deverá encaminhar os autos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 25 de novembro de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Remando ao Gabinete da Subsecretaria de Registros Contábeis
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO